

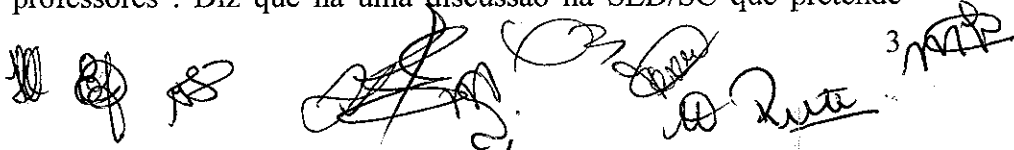
1 Aos vinte e dois dias do mês de março de 2017, às nove horas e trinta minutos, reuniram-se no  
2 Auditório da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI), Campus de Kobrasol/São José, os  
3 seguintes membros do Fórum Estadual Permanente de Apoio à Formação Docente de Santa  
4 Catarina (FEPAFD/SC): o senhor Gilberto Luiz Agnolin, diretor de Políticas e Planejamento  
5 Educacional (SED/DIPE); a senhora Edir Seemund, gerente de Políticas e Programas de  
6 Educação Superior (SED/DIPE/GEPRE); a senhora Isabel Lima Pessoa, representante da  
7 Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (DEB/CAPES); a senhora  
8 Rute da Silva, representante da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); a senhora  
9 Cássia Ferri, representante da Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE);  
10 Darli de Amorim Zunino, representante da União Nacional dos Conselhos Municipais de  
11 Educação (UNCME); a senhora Teresa Machado da Silva Dill, representante da Universidade  
12 Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ); a senhora Clarice Gaudêncio,  
13 representante da Universidade do Contestado (UnC); a senhora Lucivani Gazzóla,  
14 representante da Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC); a senhora Marcilene  
15 Popper Gomes (UNIFEBE); a senhora Adriana Mendonça Destro (UNISUL/Vice-Presidente  
16 do ForPibid Região Sul); e o senhor Hamilton de Godoy Wielewicky (UFSC/Coordenador do  
17 ForPibid/SC). Além dos membros com assento, participaram da reunião, os membros da  
18 Secretaria Executiva: a senhora Nadir Peixer da Silva (SED/GABSA); o senhor Elcio  
19 Cecchetti (SED/DIGR/GEPEP), representando o senhor Adecir Pozzer (SED/DIGR/GEPEP);  
20 a senhora Karina Bernardes de Oliveira e Silva (SED/DIPE/GEPRE) e a senhora Maria  
21 Cristina Pinho dos Reis (SED/DIGP). E também os participantes ouvintes: a senhora Joseni  
22 Frainer Pasqualini (SED/DIPE/GEPRE); o senhor Manoel Sebastião Nascimento Junior  
23 (SED/DIPE/GEPRE); a senhora Marlucci Guthiá Ferreira (SED/DIPE/GEPRE); as senhoras  
24 Rosana Mara Koerner e Cristina Ortiga Ferreira, representantes da Universidade da Região de  
25 Joinville (UNIVILLE); a senhora Yara Christina Cesário Pereira, representante da  
26 Universidade do Vale de Itajaí (UNIVALI); as senhoras Íris Weidushat e Sandra Cunhasque,  
27 representantes do Instituto Federal Catarinense (IFC); as senhoras Beatriz K. S. Moletta e  
28 Cirlei Marieta de S. Corrêa, representantes da Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI/  
29 Pibid); o senhor Márcio Santos, representante da Universidade Federal de Santa Catarina  
30 (UFSC); a senhora Neusa T. Bodin, representante do Instituto Federal Catarinense  
31 (IFC/Pibid). Justificaram suas ausências: a senhora Edna Corrêa Batistotti (SED/GABSA); a  
32 senhora Maria das Dores Pereira (SED/GABSA); o senhor Sérgio Bassetti, da Fundação  
33 Catarinense de Educação Especial (FCEE); a senhora Andrea Soares Wuo, da Universidade  
34 Regional de Blumenau (FURB); a senhora Soraia Lége Nurich, da Universidade do Vale do  
35 Itajaí (UNIVALI); a senhora Sirlei de Souza, representante da Universidade da Região de  
36 Joinville (UNIVILLE) e a senhora Tânia Mara Zancaro Pieczkowski, da Universidade  
37 Comunitária da Região de Chapecó (UNOCHAPECÓ). Senhor Gilberto (SED/DIPE) dá as  
38 boas-vindas a todos e justifica a ausência do secretário de Educação, senhor Eduardo  
39 Deschamps, por estar em outra reunião na SED/SC. Afirma que a senhora Elza Moretto,  
40 secretária adjunta de Educação, também gostaria de estar presente, mas já havia assumido  
41 outro compromisso nesta data. Senhor Gilberto passa a palavra para a senhora Cássia Ferri,  
42 que dá boas-vindas e deseja que todos se sintam acolhidos nas dependências da UNIVALI. A  
43 Ata da reunião anterior, de 11/11/2016, é aprovada na íntegra por todos. A pauta detalhada é  
44 apresentada e aprovada pelos membros, tendo os seguintes pontos para discussão: 1. Abertura  
45 das atividades do Fórum; 2. Deliberação e aprovação da Ata da última Reunião Ordinária do  
46 Fórum; 3. Apresentação e aprovação da Pauta/Detailhamento: • Fala da Professora Izabel Lima  
47 Pessoa (CAPES); • Cenário da legislação referente à formação de professores; • Plano de  
48 trabalho para as reuniões de 2017. 4. Informes: a) Processo de seleção de bolsistas de Pós-  
49 Graduação do Programa de Bolsas Universitárias de Santa Catarina (UNIEDU/FUMDES –  
50 2017); b) PROESDE/Licenciatura – aula magna dia 06/05/2017. Senhora Darli solicita que o  
51 informe sobre o Documento da UNCME seja incluído na pauta. Senhor Hamilton pede a  
52 inclusão do informe sobre o Pibid/SC. Senhora Izabel comenta da atribuição da CAPES na

53 reorganização da Instituição, que continua a mesma. Diz que houve a revogação do Decreto N°  
54 6755/2009 e a aprovação do Decreto N° 8752/2016 – a Política Nacional de Formação dos  
55 Profissionais da Educação Básica. Afirma que as metas e alguns programas da CAPES não  
56 conseguiram dar prosseguimento devido ao orçamento – a LOA (Lei Orçamentária Anual). A  
57 CAPES vem tendo muitas dificuldades em manter os Programas - Pibid, Parfor e outros.  
58 Acrescenta que a CAPES fez uma avaliação e entendeu que era preciso manter as bolsas  
59 desses Programas. É necessário reestruturar tudo isso, assim como a Plataforma Freire. Diz  
60 que é preciso qualificar a oferta do Pibid, que atualmente conta com 63 mil bolsas distribuídas  
61 em todo o país. No caso do Pibid, será feita uma avaliação do Programa para ver o impacto da  
62 iniciação à docência nos egressos das licenciaturas. Afirma que o foco da CAPES é o aluno, é  
63 a qualidade da Educação Básica, para que essa base seja o sustentáculo da cidadania, da ética,  
64 enfim. No caso do Parfor, a CAPES tem pensado até que ponto deve-se estar abrindo a  
65 Plataforma Freire, porque tem sido positivo principalmente nas regiões norte e nordeste. A  
66 CAPES já solicitou a reestruturação da Plataforma Freire. A participação das instituições será  
67 por meio de Edital. Os estados e municípios se responsabilizariam pelas informações/dados do  
68 número de professores, da demanda que de fato participe do Programa e assim será feita a  
69 oferta pela CAPES. Afirma que a oferta de especialização não será para qualquer área, mas  
70 daquelas que haja maior necessidade de oferta. Quanto ao Pibid, a previsão é que seja aberto  
71 edital no segundo semestre para realização das propostas em 2018. As redes estaduais e  
72 municipais estarão indicando as licenciaturas e as escolas com necessidade para receber o  
73 Pibid. A CAPES tem interesse em organizar uma equipe de avaliadores das propostas do Pibid  
74 nas redes estaduais e municipais, para que ocorra uma avaliação mais sistemática desse  
75 Programa. No Parfor será avaliado o projeto pedagógico para a formação dos profissionais de  
76 educação em serviço. A Primeira e Segunda Licenciatura também serão ofertados por meio de  
77 edital. A CAPES solicitará o apoio técnico das secretarias estaduais e municipais de educação  
78 para esses Programas. Diz que, na CAPES, há a organização de um GT (Grupo de Trabalho)  
79 de Institucionalização, para discutir/avaliar/dialogar sobre os Programas. Afirma que o  
80 presidente da CAPES tem dado abertura para discussão sobre a reestruturação dos Programas.  
81 Senhor Gilberto passa a palavra aos participantes que querem fazer questionamentos à senhora  
82 Izabel. Senhora Adriana pergunta se há representação de Instituição de Ensino Superior  
83 Comunitária nesse GT. Senhora Izabel diz que sim, é a ABRUC (Associação Brasileira das  
84 Universidades Comunitárias). Senhora Cássia diz que a ACAFE trabalha muito articulada com  
85 a Secretaria de Estado da Educação e com as secretarias municipais. Afirma que tem  
86 preocupação em relação às equipes técnicas das secretarias municipais, no sentido de ter a  
87 maturidade técnica para avaliar/escolher as demandas dos cursos de especialização. Senhora  
88 Cássia considera que deveria haver a preocupação de fortalecer a orientação e a discussão com  
89 essas equipes, para qualificar o resultado dessas demandas de formação. Senhora Izabel diz  
90 que a SED tem esse papel de articulação com os municípios, inclusive pela concepção do  
91 Fórum, que nesse espaço de discussão estão sediadas todas as entidades que articulam as  
92 políticas de formação. Salienta que é importante que se discuta a política de formação no seu  
93 estado, com a sua rede estadual e com os municípios. Diz que é extremamente importante  
94 discutir essas questões, as lacunas de formação, para que se possa propor os programas de  
95 formação. É necessário esse diálogo das secretarias estaduais com as secretarias municipais.  
96 Afirma que as UNDIMES (União dos Dirigentes Municipais de Educação) precisam ajudar e  
97 as secretarias estaduais também, no sentido da articulação. Senhor Gilberto fala que o tempo  
98 das políticas não é o mesmo da gestão. Afirma que na secretaria estadual já se conseguiu  
99 avançar na equipe técnica, na articulação do Estado com os municípios, como no caso do  
100 convênio para a alimentação, do transporte escolar, entre outros programas. Essa articulação se  
101 dá muito no regime de colaboração. Menciona o volume de informação que se tem acesso  
102 atualmente através do INEP (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio  
103 Teixeira). É interessante que haja acesso dos municípios, no sentido de ter senhas para acessar  
104 e informar os dados com maior rapidez. Sugere que se pense no formato da formação

*Reite*

*Handwritten signatures and initials at the bottom of the page.*

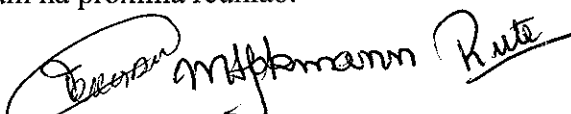
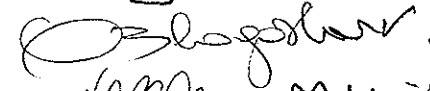
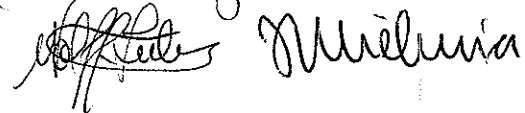
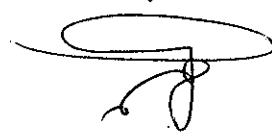
105 continuada para estar atento à disputa do Terceiro Setor na área da formação, que tende a  
106 prejudicar as IESs nesse sentido. Com a BNCC, vai dar um foco na formação continuada.  
107 Senhora Darli fala do regime de colaboração dos entes federados; já existe um texto do Fórum  
108 Nacional de Educação, um texto da SASE/MEC (Secretaria de Articulação com os Sistemas  
109 de Ensino, do Ministério da Educação) e um documento do Fórum Ampliado dos Conselhos  
110 sobre esse assunto. Comenta sobre o Artigo 23 da Constituição Federal (CF 1988) que trata o  
111 que é de “competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios  
112 (EC nº 53/2006)”. Percebe maior dificuldade nos municípios menores, em relação às suas  
113 equipes técnicas, que geralmente são indicados politicamente e não por competência técnica.  
114 Senhora Maria Sirlene fala que muitas inscrições para formação na Plataforma Freire não são  
115 validadas pelas secretarias. Além disso, diz que, muitos professores que estão atuando não têm  
116 interesse em outra área para formação. Como podemos ver uma alternativa nesse sentido?  
117 Senhora Teresa diz que considera muito positivo a ideia de formulação dos projetos político-  
118 pedagógicos de formação ser em conjunto com as IES e as redes municipais e estaduais.  
119 Afirma que é preciso conhecer o chão da escola, saber das Diretrizes Curriculares da Educação  
120 Básica, da BNCC e da Proposta Curricular do Estado de Santa Catarina. Diz que, “quem está  
121 formando o professor precisa conhecer isso, ter o chão da escola”. Senhor Hamilton fala que,  
122 discutir formação de professores precisa também considerar o Plano de Carreira do  
123 Magistério. A formação docente precisa dessa articulação, dessa aproximação com o Plano de  
124 Carreira. Destaca que há necessidade de incentivo para a profissão docente na educação  
125 básica. Senhora Rute pergunta se esse GT de Institucionalização está relacionado à Portaria  
126 emitida em fevereiro de 2017, que indica a organização de um GT com representantes titulares  
127 e suplentes de instituições de ensino superior. Senhora Izabel começa a responder as questões  
128 apontadas. Diz que sim, é a Portaria Nº 40, de 20 de fevereiro de 2017, que institui o GT de  
129 Institucionalização. Afirma que é preciso ajustar as ferramentas para que possa dar conta desse  
130 levantamento da demanda de formação. Em relação à Plataforma Freire, houve perda do que  
131 estava na Plataforma e é preciso começar do zero. Diz que “não podemos desistir de trabalhar  
132 pela formação docente e pela carreira docente”. Comenta que a UNCME é importante e estão  
133 solicitando a participação dessa entidade no CCT (Conselho Nacional de Ciência e  
134 Tecnologia). No CNE (Conselho Nacional de Educação) há a discussão da Resolução Nº 2,  
135 para esclarecer essa questão das Diretrizes, por exemplo, o que são essas 400 horas. Comenta  
136 que a CAPES não pode dizer para a IES que o Curso será assim, mas há legislação e política  
137 que precisa ser levado em conta. O foco da CAPES é o fomento e a avaliação da formação  
138 inicial e continuada de professores. Diz que é preciso evoluir; as políticas não são estáticas,  
139 por isso a avaliação. Como podemos avançar? Coloca que o Parfor foi criado para atender a  
140 Meta 15 do Plano Nacional de Educação (PNE). Então, como vamos fazer nesse sentido? Diz  
141 que é preciso saber qual é o objetivo da política. Afirma que não é interessante atender outra  
142 licenciatura para o professor e promover a migração dos docentes. Por exemplo, o professor é  
143 formado em Pedagogia – Educação Infantil, então, ele quer sair desse nível de ensino e quer  
144 fazer outra licenciatura. Nesse caso, a UAB pode atender essa demanda. A ideia do Parfor não  
145 foi concorrer com a EaD, mas o interesse é levar a formação inicial para onde não tem IES,  
146 num local estratégico tanto para formação inicial quanto para formação continuada. Isso em  
147 horário que os professores possam frequentar o curso. Os Conselhos têm papel importante  
148 para atestar se há estrutura para montar turma e oferecer o Curso. A oferta de Mestrado  
149 Profissional também é interessante nesse Parfor mais direcionado, até para se criar grupos de  
150 pesquisa locais, que a ciência seja capaz de resolver seus problemas locais. A CAPES pretende  
151 oferecer esses programas (Parfor, Pibid, entre outros), mas solicita calma das instituições. Diz  
152 que o ano de 2017 é no máximo para lançar os editais e realização dos Programas somente em  
153 2018. Senhora Rute diz que é preciso que o FEPAFD tenha acesso aos resultados das  
154 discussões desse GT de Institucionalização, inclusive solicita que essa sugestão conste na Ata.  
155 Senhor Gilberto passa para o segundo ponto do item 3 da Pauta – “Cenário da legislação  
156 referente à formação de professores”. Diz que há uma discussão na SED/SC que pretende

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature that appears to be 'Rute' and other smaller marks.

157 articular o estágio e o Pibid. Para isso, sugere compor uma equipe no sentido de contribuir  
158 nessa discussão. Solicita a indicação de nomes. Inicialmente, a equipe fica assim constituída:  
159 Darli (UNCME); Tânia (a confirmar) e Teresa (Unochapecó); Rute e Hamilton (UFSC);  
160 Adriana e Maria Sirlene (UNISUL); Íris (IFC), além de integrantes da SED (a serem  
161 indicados). Comenta sobre a Medida Provisória, que já se tornou a Lei Nº 13.415, de 16 de  
162 fevereiro de 2017, que altera a Lei Nº 9.394/1996 (Lei das Diretrizes e Bases da Educação  
163 Nacional – LDBEN) e estabelece a reforma do Ensino Médio. Menciona também a BNCC  
164 (Base Nacional Comum Curricular), que é outro documento que precisa ser discutido  
165 amplamente. Passa-se a discutir sobre as datas para as reuniões ordinárias do FEPAFD em  
166 2017, ficando assim definidas: •25 de maio; •13 de julho; •21 de setembro, e •23 de  
167 novembro. Fica estabelecido que as reuniões extraordinárias do FEPAFD serão realizadas  
168 sempre nas quintas-feiras, conforme necessidade. Senhor Gilberto passa para o ponto 4 da  
169 Pauta – Informes. Inicialmente, informa sobre a abertura da Chamada Pública Nº  
170 650/SED/2017, para concessão de Bolsas de Estudo de Pós-Graduação, na modalidade  
171 presencial, em nível de Especialização, Mestrado e Doutorado do Programa de Bolsas  
172 Universitárias de Santa Catarina – UNIEDU, mantido pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao  
173 Desenvolvimento da Educação Superior – FUMDES. Diz que essa Chamada Pública foi  
174 elaborada a partir das discussões realizadas pela Comissão *Ad Hoc* do Programa FUMDES.  
175 Apresenta, através de *datashow*, um Quadro com os nomes dos integrantes dessa Comissão.  
176 Senhora Izabel comenta sobre a ferramenta CultivEduca/UFRGS, que é uma plataforma com  
177 dados sobre a formação de professores do estado do Rio Grande do Sul. Afirma que  
178 socializará essa ferramenta para a secretaria executiva do FEPAFD/SC. Senhor Gilberto  
179 socializa informações sobre a oferta do PROESDE Licenciatura, com início do curso em  
180 março de 2017 e aula magna prevista para o dia 06 de maio de 2017. Diz que pretende ter em  
181 novembro ou dezembro de 2017, um documento do Estado com orientações sobre o novo  
182 Ensino Médio, a partir da legislação e da BNCC. Senhora Íris comenta da sua angústia em  
183 relação ao novo Ensino Médio proposto pelo MEC. Senhora Teresa pergunta sobre essa  
184 discussão do novo Ensino Médio, se haverá participação das IESs. Senhor Gilberto diz que o  
185 CONSED (Conselho Nacional de Secretários de Educação) está convidando o INSPER para  
186 fazer essa discussão e articulação da reforma do Ensino Médio. Explica o porquê do  
187 PROESDE Licenciatura ser ofertado para IESs do Sistema ACAFE. Isso ocorre devido ao  
188 Programa de Bolsas, que prevê a destinação de recursos para IESs comunitárias. Senhor  
189 Gilberto passa a palavra para a senhora Darli. Senhora Darli socializa o documento “Carta de  
190 Palmas 2016 – Edição Histórica” e entrega um exemplar para cada representante das  
191 entidades/instituições. Informa que entre os dias 09 e 11 de novembro/2017 ocorrerá o  
192 Encontro Nacional dos Conselhos Municipais de Educação, em Brasília. Comenta sobre as  
193 Cirandas pela Educação, que ocorrem no período de 30 de março de 2017 a 30 de maio de  
194 2017; no sítio eletrônico [www.uncme.com.br](http://www.uncme.com.br) há mais informações sobre essas Cirandas.  
195 Solicita a socialização das Cirandas nas entidades/instituições. Diz que a BNCC – Educação  
196 Infantil e Ensino Fundamental, será enviada no dia 06 de abril para o Conselho Nacional de  
197 Educação (CNE). O CNE fará audiências públicas para discutir a BNCC, sendo que a primeira  
198 audiência será realizada em Manaus. Senhora Cássia informa que hoje à tarde ocorrerá a  
199 primeira reunião do Fórum Estadual de Educação (FEE/SC) de 2017. Diz que em relação à  
200 CONAE (Conferência Nacional de Educação) 2018, o cronograma está mantido, ficando  
201 assim definido: nos meses de maio e junho de 2017 ocorrerão as conferências municipais e  
202 regionais; em outubro de 2017 ocorrerão as conferências estaduais. Informa também que nos  
203 dias 27 e 28 de março de 2017 será realizada a reunião do Fórum Nacional de Educação, em  
204 Brasília. Comenta que hoje à tarde serão definidos os membros das Comissões Especiais da  
205 CONAE Estadual – (Comissão Especial de Mobilização e Divulgação, Comissão Especial de  
206 Monitoramento e Sistematização). Senhor Hamilton socializa a Carta de Curitiba com as  
207 intenções do ForPibid, elaborada no Encontro do ForPibid (Fórum Nacional dos  
208 Coordenadores Institucionais do Pibid) e Enalic (Encontro Nacional das Licenciaturas),

Rute 100 [assinaturas]

209 realizado de 14 a 16 de dezembro de 2016, em Curitiba – Paraná. Diz que está assumindo a  
210 coordenação do ForPibid Estadual e que a senhora Adriana (UNISUL) assume o ForPibid  
211 Região Sul. Informa que o Encontro do ForPibid Região Sul será realizado no período de 13 a  
212 15 de dezembro de 2017, na Unisinos (Universidade do Vale do Rio dos Sinos), no Rio  
213 Grande do Sul. Senhora Rute informa sobre o XVIII Encontro Nacional da Anfope  
214 (Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação), ocorrido entre os dias 5  
215 e 7 de dezembro de 2016, na PUC Goiás. Diz que enviará o documento final desse Encontro  
216 para o endereço eletrônico do FEPAFD e solicita que o documento seja socializado nas  
217 entidades/instituições. Informa também que o Encontro da ANPAE (Associação Nacional de  
218 Política e Administração da Educação) será realizado de 26 a 28 de abril de 2017, na  
219 Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Comenta que é possível ampliar a filiação da  
220 Anfope e disponibiliza ficha de inscrição aos interessados. O senhor Gilberto encerra a  
221 reunião, agradece a presença e a participação de todos e, para constar, nós, Marluci Guthiá  
222 Ferreira e Manoel Sebastião Nascimento Junior, lavramos a presente ata que será submetida à  
223 aprovação e assinada pelos membros do Fórum na próxima reunião.

  
  
  
  
marilene P. Gomes  
